



tpb@fd.unl.pt

Terá em breve lugar o III CONGRESSO DE DIREITO DE LÍNGUA PORTUGUESA. Este texto foi escrito para a abertura do I. Como não foi publicado nas Actas e creio ter algum interesse para a história da FDUNL, aqui se publica.

PRIMEIRO CONGRESSO DE DIREITO DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Maio de 2009)

Excelências, Ilustres Convidados, Colegas e Amigos,

Bem vindos à Universidade NOVA de Lisboa e à sua Faculdade de Direito, de que me orgulho de ser Directora. E onde nos orgulhamos de receber alunas e alunos dos países aqui representados. Muito obrigada por terem vindo, alguns de Vós de tão longe, para aqui estarem hoje.

É para nós grande honra recebê-los, neste primeiro Congresso de Direito de Língua Portuguesa, organizado pela FDUNL e pelo IDP, mas muito especialmente pela vontade e dinamismo do Prof. Bacelar Gouveia, a quem apresento as minhas felicitações.

Portugal construiu um império com o ímpeto e a coragem de um pequeno país e de um pequeno povo que se queriam fazer grandes, enfrentando o desconhecido e de alguma forma se esgotando nesse esforço simultaneamente glorioso, cruel e insane. Foi historicamente pouco capaz de colonizar e resistiu longamente a descolonizar, atrasando um processo de pacificação e harmonia que poderia ter chegado bem mais cedo. Mas a libertação dos povos subjugados acabou por acontecer e as relações de guerra acabaram por se transformar em relações de diplomacia, cooperação e cordialidade. Experimentei a mais extraordinária sensação de justiça e liberdade da minha vida quando percebi, aos 20 anos de idade, que finalmente a democracia chegara ao meu país e com ela chegara também a liberdade aos povos colonizados.

Aos 20 anos de idade, perceber que uma guerra injusta em que o nosso próprio país está envolvido acabou é uma Alegria indescritível. Creio que é difícil para os mais novos entenderem isto... E que por isso temos a obrigação ética de o transmitir, porque sem isso a História será, para eles, incompreensível.

Este devir histórico teve como consequência, ao fim de um longo processo de pacificação, uma identidade cultural parcialmente partilhada por oito países, unidos por um passado comum, nem sempre harmonioso, e por uma língua que, enriquecida na sua diversidade, se reconhece como una. Estes países - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste -, fazem da língua portuguesa uma das línguas mais faladas e mais variadas do mundo.

Julgo que do imenso espaço da Língua Portuguesa, com a espantosa riqueza que lhe trazem a diversidade e a criação das literaturas *miscigenadas*, o Direito é apenas uma das expressões de um passado de conquista e opressão que se transformou no presente de Amizade e colaboração, com ricas influências mútuas e um cada vez mais visível interesse científico na descoberta recíproca de caminhos ora convergentes, ora divergentes, mas quase sempre com raízes comuns.

No que cabe ao Direito Penal, aquele em que mais trabalhei, a minha maior alegria e alívio vieram quando tive notícia da progressiva e finalmente completa ou quase (com alguns sobressaltos) extinção de leis especiais na área da Segurança do Estado e muito em especial da abolição da pena de morte no espaço lusófono. Oxalá desapareça na China antes de se perfazerem os 50 anos previstos no acordo luso-chinês, para o território de Macau, hoje “Zona Administrativa Especial”. Mas as resistências oficiais no Direito Chinês são muito fortes, como pude verificar nas várias fases em que participei do ‘Diálogo União Europeia – China sobre Direitos Humanos’, algumas das quais com especial incidência sobre a questão da pena de morte.

Exemplo maior do reconhecimento das nossas raízes comuns é a recente instituição dos Cursos de Doutoramento conjunto entre a UNL e as Universidades Agostinho Neto de Angola e ISCTEM de Moçambique.

É minha convicção que estes Cursos podem e devem ter repercussões importantes na investigação jurídica dos países envolvidos; assim como os nossos progressivamente estreitos contactos académicos com o Brasil e colaborações novas ou antigas com, entre outros, Cabo Verde e Timor, deverão dar frutos científicos que enriqueçam os nossos próprios estudos. O CEDIS (Centro de Estudos em Direito e Sociedade, da FDUNL) foi fundado sob o signo de uma especial vocação para o espaço lusófono; há que avançar no cumprimento dessa promessa.

Presencialmente apenas tive até agora o gosto de conhecer e trabalhar em Moçambique e Cabo Verde - e tive ainda oportunidade de lidar com os novos Códigos na área do Direito e Processo Penal, em Macau, na fase de transição do território para a soberania Chinesa. Outras ocupações me impediram de aceitar convites para visitar Angola ou o Brasil. Talvez um dia...

Em ambos os países (Moçambique e Cabo Verde) estive por períodos relativamente breves mas intensos, trabalhando como jurista e com juristas, alguns dos quais tinham sido meus Colegas ou Alunos, em Lisboa. Nessas viagens de trabalho e estudo, e na preparação para elas, verifiquei que as marcas que nos unem, também no Direito, são muito mais fortes do que as que nos separam. A língua é apenas o traço mais evidente.

Podemos escrever melhor ou pior, ter mais ou menos talento para as coisas do Direito. Mas somos todos, de alguma forma, Filhos de Camões e de António Vieira, de Machado de Assis, Craveirinha, Clarice Lispector, Jorge Amado, Sophia de Mello Breyner ou Ruy Cinatti. Ou irmãos de Pepetela, Ondjaki, Germano de Almeida ou Mia Couto. As narrativas da poesia ou da ficção têm um fundo comum com a escritura das leis e dos tratados: a nossa Língua, que viajou para tão longe e voltou, bronzeada, enfeitada, suavizada pelos vocalizos e originalidades fonéticas ou semânticas locais. E voltou a ir, sempre a mesma e sempre diferente, mantendo a sua identidade na diversidade. E continua no seu vai e vem, ganhando novos sons e novos matizes, novas

palavras, ganhando novos horizontes, como os barcos e as vozes e os mares que outrora a transportaram. Com ou sem Acordos Ortográficos, nas ruas de Lisboa, de Luanda, do Maputo ou do Rio de Janeiro, ou mesmo do Ciberespaço, a Língua Portuguesa será sempre a nossa maior aliança, a nossa família, a nossa Casa comum.

Os meus sinceros votos do maior sucesso para este primeiro Congresso de Direito de Língua Portuguesa. Que seja o primeiro de muitos.

Teresa Pizarro Beleza, FDUNL

Out2012

Declaro que o texto que apresento é da minha autoria, sendo exclusivamente responsável pelo respectivo conteúdo e citações efectuadas.